

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA SERVIÇO VOLUNTÁRIO

A PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 23, inc. XXVI, da Res. TRE 708/2018, torna pública a abertura de cadastramento de interessados para prestador de serviço voluntário no âmbito da Justiça Eleitoral do Ceará.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O serviço voluntário está regulamentado pela Lei n.º 9.608/1998 e pela Resolução n.º 870, de 17 de fevereiro de 2022, publicada no DJE n.º 37, de 21 de fevereiro de 2022.

1.2. O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará considera como serviço voluntário a atividade prestada de forma espontânea, por pessoa física, à Justiça Eleitoral do Ceará, sem retribuição pecuniária ou qualquer outro tipo de compensação, indenização, auxílio ou outros benefícios diretos ou indiretos.

1.3. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou tributária.

1.4. O serviço voluntário só poderá ser prestado após firmado o Termo de Adesão ao Serviço Voluntário (TASV) entre o voluntário e o TRE-CE, representado pelo Diretor-Geral quando a prestação do serviço voluntário ocorrer no âmbito da Secretaria do Tribunal ou pelo Juiz Eleitoral quando a prestação do serviço voluntário ocorrer em cartório eleitoral.

1.5 A jornada do voluntário será cumprida durante o horário de funcionamento da unidade onde o prestador de Serviço Voluntário (PSV) for lotado e será limitada a 20(vinte) horas semanais, sendo exercida nas condições, nos dias, nos horários e no local estabelecidos pelo TASV.

1.6. O presente Edital visa credenciar interessados em prestar serviço voluntário junto às unidades administrativas e judiciárias do TRE-CE.

2. PÚBLICO ALVO:

2.1. Pessoas maiores de 18 (dezoito) anos que sejam estudantes ou graduados das diversas áreas de formação de nível superior que tenha relação com as atribuições desta Instituição.

2.2. Somente serão admitidos Bacharéis em Direito mediante declaração de que não advogam no Estado do Ceará.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Poderão se credenciar os interessados com escolaridade de nível superior completo ou incompleto em áreas de interesse da Justiça Eleitoral.

3.2. O credenciamento será realizado em cada por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na página do TRE-CE, mediante envio eletrônico dos seguintes documentos:

- a) cópia da carteira de identidade;
- b) cópia do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- c) cópia do comprovante de residência;
- d) currículo simplificado;
- e) documento que comprove o grau de escolaridade;
- f) documentos relacionados no §1º do art. 5º da Res. CNJ nº 156/2012;
- g) certidão de não-filiação partidária;
- h) declaração da OAB de não inscrição ou de licenciamento - exclusivo para os Bacharéis em Direito.

4. DA SELEÇÃO DO VOLUNTÁRIO:

A seleção dos candidatos ao serviço voluntário será precedida da análise dos documentos indicados no item 3.

4.1. A seleção dos candidatos ao serviço voluntário será realizada pelo Juiz eleitoral ou Gestor da Unidade requisitante por meio de análise curricular e entrevista pessoal, se julgar necessário.



Tribunal Regional Eleitoral
do Ceará

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. As informações prestadas na solicitação do cadastramento serão de inteira responsabilidade do candidato.

7.2. Estará sujeito a exclusão do cadastramento o candidato que prestar informações incorretas e/ou inverídicas.

7.3. Informações adicionais poderão ser obtidas mediante contato com a Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento, pelo e-mail sedes@tre-ce.jus.br.

INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL